



# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Deputado Federal Nilto Tatto PT-SP



**Separata**



**OBJETIVOS**  
DE DESENVOLVIMENTO  
**SUSTENTÁVEL**

**Deputado Federal Nilto Tatto  
PT-SP**



# Sumário interativo



Apresentação

Os Objetivos do Milênio (ODM)

Dos ODM aos ODS. Para quê servem?

De quem é a obrigação de tornar os ODS realidade?

Quais são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS 1: Erradicação da Pobreza

ODS 2: Fome Zero

ODS 3: Boa Saúde e Bem-estar

ODS 4: Educação de Qualidade

ODS 5: Igualdade de Gênero

ODS 6: Água Limpa e Saneamento

ODS 7: Energia Acessível e Limpa

ODS 8: Emprego Digno e Crescimento Econômico

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 10: Redução das Desigualdades

ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis

ODS 13: Combate às Alterações Climáticas

ODS 14: Vida Debaixo D'água

ODS 15: Vida Sobre a Terra

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes

ODS 17: Parcerias em Prol das Metas

As 10 Mensagens Chave Sobre o Relatório Luz  
da Sociedade Civil Sobre a Agenda 2030 no Brasil

Biografia



# Apresentação

A prosperidade, as oportunidades, a tecnologia e o conforto que o nosso sistema garante para APENAS UMA PARTE DA POPULAÇÃO, contrastam cada vez mais com a saúde precária, a falta de saneamento, a fome, a miséria e a violência crescentes, além das poucas oportunidades de estudo e emprego para A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO. Ainda que o modelo de economia globalizada e hiperconectada permita e prometa um mundo virtualmente ilimitado, ele não dialoga com estas distintas realidades.

Cientes da gravidade deste cenário, em setembro do ano 2000, representantes de 189 países das Nações Unidas reuniram-se para debater o destino da humanidade num evento chamado Cúpula do Milênio. Do encontro, saíram diretrizes para construir uma alternativa ampla e tangível para diversos problemas que se manifestavam em todas as partes do mundo, atingindo, ainda que de forma distinta, toda a população mundial.

Procurando uma resposta a estas questões, foi extraído da Cúpula do Milênio a Declaração do Milênio, elencando prioridades coletivas para a obtenção da paz e da segurança mundiais: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Com o passar dos anos, os ODM se transformaram no que hoje conhecemos como Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), servindo de guia na luta contra a pobreza, na defesa e recuperação do meio ambiente e acima de tudo, para garantir a universalidade dos direitos.

Mesmo em meio às dificuldades inerentes à um País em desenvolvimento, até 2015 o Brasil vinha trilhando um caminho de relativo sucesso em alguns dos indicadores dos ODS's. Como exemplos, podemos citar o combate à fome; o acesso à moradia; a ampliação da oferta de trabalho e renda, bem como a valorização do salário mínimo; o acesso à água tratada; a diminuição do desmatamento e das emissões de gases de efeito estufa.

De 2016 para cá, no entanto, o País deixou de caminhar na direção da sustentabilidade e viu os objetivos de desenvolvimento num horizonte cada vez mais distantes. O Relatório Luz da Sociedade Civil, publicado pelo Grupo de

Trabalho da Agenda 2030, faz um balanço anual do processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e, na sua última edição, mostrou um aumento das violações e o desrespeito aos direitos sociais, ambientais e econômicos durante o governo Bolsonaro.

O documento transparece que a falta de comprometimento deste governo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), somada à pandemia de Coronavírus, tornou ainda mais difícil o cumprimento das metas entre 2019 e 2022. Neste período, o Brasil abandonou muitos de seus compromissos com políticas de austeridade, o desmonte dos programas sociais e do Sistema Ambiental Brasileiro. Abaixo, compartilho um endereço de página na internet e um QR Code para quem quiser acessar a íntegra deste relatório.

Apesar do cenário desolador, a eleição do presidente Lula em 2022, trouxe uma perspectiva de avanços significativos rumo as metas da Agenda 2030. Trabalharemos muito para que as próximas edições do Relatório Luz já tragam indicadores positivos, confirmando o compromisso deste novo governo com o desenvolvimento sustentável.

Esta publicação visa disseminar e explicar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se mostrarão ainda mais necessárias para enfrentar as enormes desigualdades, intensificadas pela pandemia do Coronavírus. O material que você lerá a seguir é inspirado no trabalho desenvolvido pelo GT Agenda 2030, com a indispensável colaboração de diversas organizações da sociedade civil. Como coordenador da Frente Parlamentar em Apoio aos ODS's, entendo que todas as pessoas devam ter acesso a este debate, que diz respeito à nossa casa comum, apontando caminhos para a construção de um mundo mais justo e sustentável.

Boa leitura!



Deputado **Nilto Tatto** PT-SP

Acesse o relatório Luz  
pelo site do GT Agenda 2030  
[www.gtagenda2030.org.br](http://www.gtagenda2030.org.br)



## **Os Objetivos do Milênio (ODM)**

Após reuniões com representantes de diversos organismos internacionais, a delegação presente na Cúpula do Milênio elaborou um plano para construir um futuro melhor: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O compromisso assumido pelas autoridades na época visava avanços mensuráveis nas áreas mais críticas do desenvolvimento humano até o ano de 2015.

Os Objetivos do Milênio sintetizavam uma busca conjunta de soluções para problemas comuns – grandes questões que dizem respeito a cada um de nós, mas que ninguém é capaz de resolver sozinho. Por isso, organizações governamentais e não governamentais de muitos países discutiram e estabeleceram pontos de acordo sobre quais os problemas deveriam ser enfrentados conjuntamente, e quais os objetivos.

Os seguintes objetivos foram estabelecidos para serem alcançados até 2015:

- 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome**
- 2. Atingir o ensino básico universal**
- 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres**
- 4. Reduzir a mortalidade na infância**
- 5. Melhorar a saúde materna**
- 6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças**
- 7. Garantir a sustentabilidade ambiental**

Em 2015, parte destes objetivos tinha sido alcançada por alguns países, melhorando a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, mas ainda havia um longo caminho a percorrer.

Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU na ocasião, afirmou em julho daquele ano que: “Sabemos que a extrema pobreza pode ser erradicada dentro de uma geração”

“Os ODM têm contribuído grandemente para esse progresso e nos ensinaram como os governos, empresas e sociedade civil podem trabalhar juntos para conseguir avanços”

Os resultados no entanto foram desiguais - os desafios se ampliaram e os compromissos precisavam ser renovados. Essa evolução resultou nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Hoje os ODM estão incorporados nos ODS, que incluem na agenda também a preocupação com o meio ambiente, porque ele é fundamental para a qualidade de vida das pessoas e porque a degradação ambiental em todo o mundo traz muitos riscos à vida, inclusive humana.

## **Dos ODM aos ODS. Para quê servem?**

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, assim como os ODM são compromissos para a construção de um mundo melhor. Em 2015, mais de 150 líderes mundiais participaram da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Na ocasião, elaboraram 17 objetivos e 169 metas que vinham sendo discutidas em fóruns internacionais desde 2012 (na Rio+20). Firmaram, assim, o compromisso de trabalhar para tornar os ODS uma realidade em seus países. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável servem como uma bússola, dando a direção para a qual os esforços devem ser concentrados visando promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e uma governança democrática.

Ao mesmo tempo, sendo um protocolo de acordos, eles servem também para forçar os países a tomarem providências e mostrarem resultados em relação aos objetivos e metas até 2030.

## **De quem é a obrigação de tornar os ODS realidade?**

Transformar os ODS em realidade, que mude pra melhor a vida dos seres humanos em todas as partes do mundo, é um desafio que diz respeito a cada um de nós. Por parte de cada cidadão, cabe se informar, participar e contribuir em iniciativas que persigam, de forma organizada, os objetivos comuns. Cabe também cobrar dos governantes que incorporem os ODS em suas agendas de governo.

As prefeituras têm papel importante na realização de uma parte dos objetivos, como por exemplo, de diminuir a emissão de gases que causam as mudanças climáticas, o que depende em grande parte da redução do uso dos carros particulares nas cidades, o que demanda necessariamente melhorias no transporte público. Esta é uma responsabilidade das prefeituras, assim como cuidar de áreas verdes e do destino adequado para o lixo, por exemplo.

Outras ações são de responsabilidade do governo estadual, como por exemplo o abastecimento de água e o saneamento, nos casos em que este serviço não foi

privatizado. O Estado também administra trens e metrô, sistemas importantíssimos para diminuir a poluição causada pelos carros. Nas escolas públicas, por exemplo, o responsável pelo ensino médio também é o governo do Estado.

Os governos estaduais e o governo Federal são responsáveis por ações em grande escala: políticas públicas que afetam a vida de milhões de pessoas; campanhas de conscientização; obras que podem criar ou resolver problemas ambientais importantes; ações que podem ajudar a conservar matas, rios, reservatórios de água; decisões e políticas que podem aumentar ou diminuir o volume de gases de efeito estufa que lançamos na atmosfera.

Em muitas outras áreas, os governos municipais, estaduais e Federal devem assumir suas responsabilidades e contribuir para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Muitas ações precisam da cooperação entre Municípios, Estados e União, para serem efetivas.

Você, como cidadã e cidadão, pode e deve estar atento a isto:

- **Ajudando a eleger candidatos que mostrem uma boa visão de futuro e compromissos com a qualidade de vida e do ambiente;**
- **Participando de coletivos e conselhos municipais para cobrar de seus prefeitos e vereadores, os compromissos assumidos;**
- **Acompanhando as ações do governo estadual e federal, e cobrando ações que promovam justiça social, conservação ambiental e qualidade de vida para todos.**

As organizações da sociedade civil também têm papel importante porque realizam projetos que complementam as ações do Estado. Elas acabam assumindo parte da obrigação do Estado e prestam serviços públicos importantes para a comunidade.

# Quais são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Para que os Objetivos sejam compreendidos de forma mais concreta e para orientar as ações que buscam realizá-los, eles foram transformados em metas.

Como os objetivos são muito amplos, as metas traduzem um esforço de dividir os desafios em partes para definir ações concretas. A ideia é que se todas as metas de cada objetivo forem atingidas, então o objetivo pode ser considerado alcançado de forma completa. Se algumas metas forem atingidas e outras não, o objetivo terá sido alcançado em parte.

Os objetivos e as metas definidas na ONU são apresentados a seguir de forma simplificada e resumida. O texto original pode ser consultado no site do PNUD (<http://www.pnud.org.br>).



# 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



*Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares*

A extrema pobreza é definida por convenção internacional. As pessoas que vivem com menos de US\$1,25 (aproximadamente R\$6,70) por dia são consideradas extremamente pobres. A meta é tirar todas as pessoas da extrema pobreza até 2030, em todo o mundo.

Mas em cada país, a pobreza é definida de diferentes formas. A meta é reduzir à metade a proporção de pessoas vivendo na pobreza. Para isso, sistemas de proteção social devem atender a todos os pobres e vulneráveis, e protegê-los de eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

No Brasil, os governos Lula e Dilma entenderam que a pobreza não é só uma questão de renda, sendo a alimentação, a educação, a saúde, o acesso à água, à energia elétrica, à moradia, e a inserção no mundo do trabalho, outras dimensões em que ela também se manifesta. Se no período de 2002 a 2015 tivemos muito êxito no combate à pobreza e à extrema pobreza em programas como o Bolsa Família e o Fome Zero, de 2015 a 2022 o País voltou a figurar no mapa da fome.

O programa Brasil Sem Miséria, por exemplo, foi lançado em 2011, com o objetivo de acabar com a extrema pobreza até o final de 2014. O programa continha uma série de políticas e ações para dar condições de vida digna e autonomia para as pessoas vulneráveis. Todas as metas do Brasil Sem Miséria foram alcançadas, e o país se tornou uma referência mundial em políticas públicas de combate à pobreza e passou a exportar este conhecimento.

Em 2000, de cada 100 pessoas, 25 estavam na pobreza ou na extrema pobreza. Em 2012, este número caiu para 3, graças aos programas dos governos Lula e Dilma. Em 2017, no governo Temer, a pobreza extrema voltou a registrar alta, atingindo 6,4% da população. Em 2019 o índice chegou a 6,5% e somado às pessoas abaixo da linha da pobreza (sem ser extrema), voltou a casa dos 25%. Em 2021, houve novo aumento da pobreza extrema no Brasil e, pelo terceiro ano consecutivo, nenhuma das metas deste objetivo (ODS 1) alcançou resultado positivo.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

Para que o Brasil volte a avançar na direção do cumprimento das metas do Objetivo de número 1, é necessária uma profunda revisão das medidas tomadas nos últimos cinco anos e que enfraqueceram a capacidade do país de combater a pobreza. Para isso, recomenda-se:

1. Revogar a Emenda Constitucional 95 para garantir direitos básicos e condições de vida digna para todas as pessoas;
2. Estabelecer a Renda Básica Permanente com valor digno e fortalecer o orçamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Previdência e da Saúde;
3. Retomar o Programa Bolsa Família, com a correção dos valores a serem repassados;
4. Rever a política trabalhista e previdenciária e recuperar os dispositivos de proteção social retirados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Constituição Federal;
5. Construir um sistema tributário progressivo, via Reforma Tributária Justa e Solidária;
6. Subsidiar, por meio de políticas públicas, articulações em nível local e regional, unindo governos, setor privado, universidades e sociedade civil, para promoção da segurança alimentar, geração de emprego e renda e redução da vulnerabilidade socioeconômica;
7. Instituir programas de combate à violência no campo e de proteção aos povos e comunidades tradicionais;
8. Destinar orçamento adequado para investimentos em adaptação e resiliência climática.

# 2 FOME ZERO



*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável*

O número de pessoas que passam fome no Brasil aumentou de 19,1 milhões em 2020 para 33,1 milhões em 2021. Hoje 125,2 milhões de residentes no país vivem com algum grau de insegurança alimentar. Nesse período, a renda do trabalho baixou ao menor nível da década; o país bateu recordes consecutivos em liberação de agrotóxicos e a agricultura familiar e a reforma agrária foram substituídas pela reprimarização da economia e a distribuição de títulos, favorecendo a retomada de territórios destinados à redistribuição fundiária pelo agronegócio industrial.

A meta do ODS 2 é acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano, até 2030, mas a pandemia tornou o desafio ainda maior. Além disso, todas as formas de desnutrição devem acabar, dando atenção às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

O Brasil estava fazendo sua parte – chegou a sair do Mapa da Fome da ONU em 2014. Na época, o país reduziu de forma drástica a desnutrição e a subalimentação nos últimos anos, garantindo que mais de 98% da população tivesse acesso a alimentos e segurança alimentar. Isso foi resultado de um conjunto de políticas públicas:

- **apoio à agricultura, que aumentou a oferta de alimentos: em 10 anos, a disponibilidade de calorias para a população cresceu 10%;**
- **política de valorização do salário mínimo (que teve aumento real de 71,5%) e geração de 21 milhões de empregos, que aumentaram a renda dos mais pobres;**
- **Programa Bolsa Família, beneficiando 14 milhões de famílias;**
- **Merenda escolar: 43 milhões de crianças e jovens com refeições;**

- **Governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).**

Para isso, é importante dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.

Hoje, em todo o mundo, pequenos agricultores têm acesso apenas as áreas de plantio onde o solo está fraco, os recursos naturais desgastados, sujeitos a inundações e outros desastres. Além disso, sem apoio do governo Federal durante a pandemia, têm ainda menos recursos e tecnologia para melhor produzir. Por isso, as metas incluem melhorar as condições em que estes agricultores produzem, recuperando ou conservando os recursos naturais, melhorando a infraestrutura, os serviços de apoio à produção, e fortalecendo sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

Outro problema que os pequenos produtores de alimentos enfrentam é a perda da diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados. Outra meta era, até 2020 recuperar ou manter a diversidade genética e os conhecimentos tradicionais, garantindo que os benefícios desta diversidade e destes conhecimentos sejam repartidos de forma justa. Avançamos muito nessa direção, mas hoje esses esforços estão sendo destruídos.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Retomar o programa Bolsa Família/Auxílio Brasil com valores adequados e a incorporação do total de pessoas em extrema pobreza e pobreza;
2. Retomar os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Cisternas;
3. Parar e reverter os processos de liberação de agrotóxicos realizados a partir de 2016;
4. Recriar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA);
5. Definir e implementar, em diálogo com os movimentos de representações negras, quilombolas e indígenas, medidas apropriadas para recuperar as condições de segurança alimentar nessas populações.

# 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR



*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades*

A política não baseada em evidências do governo federal dificultou o controle da pandemia de Coronavírus, fazendo com que o Brasil atravessasse os últimos anos com o sistema de saúde em colapso. As crianças e as mulheres grávidas são as mais vulneráveis em situações precárias. Quando o assunto é a COVID-19, somam-se a elas os idosos, pretos, pardos, pobres e a parcela da população com menos estudo como grupos mais afetados.

O número de mulheres que morrem no parto ou logo depois dele, e o número de crianças que morrem antes de completarem 5 anos de idade ainda é alto em muitas partes do mundo.

As mortes refletem a situação de saneamento básico, a qualidade do sistema de saúde, a disponibilidade de remédios e vacinas, o acompanhamento médico, alimentação adequada, entre outros fatores importantes para a saúde da população. Por isso, há metas para reduzir a taxa de mortalidade materna e a taxa de mortalidade infantil em todo o mundo.

No Brasil, tanto a taxa de mortalidade infantil quanto a de mortalidade materna caíram de forma importante, tendo o país atingido os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio antes do prazo acordado (que era 2015).

Esses resultados foram alcançados porque o governo criou uma rede de atendimento e acompanhamento para a gravidez, o parto e a primeira infância, melhorando os programas de saúde da família em todas as regiões do país, e passando a atender às populações mais pobres.

Nos últimos anos, no entanto, mesmo antes da pandemia as taxas de mortalidade infantil e mortalidade materna voltaram a crescer, colocando o Brasil mais distante da meta com o passar do tempo.

Muitas mortes podem ser evitadas com ações preventivas que impeçam a transmissão de doenças que são epidêmicas e podem se tornar pandêmicas como o Coronavírus. A meta é, até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite,

moléstias transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis como a COVID19.

A saúde e o bem-estar de mulheres e crianças estão muito relacionados às condições sociais em que acontecem a gravidez. É direito das mulheres decidir sobre isso, e é importante que todos os jovens tenham todos os conhecimentos necessários para garantir que a gravidez seja desejada e segura. Por isso, a meta é, até 2030, garantir que todas as pessoas tenham acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Legalmente, todas as pessoas têm direito aos serviços adequados de saúde, por isso, a meta é atingir a cobertura universal de saúde, incluindo o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

No Brasil, a Constituição prevê que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado.

O SUS é resultado de um grande esforço para garantir os serviços gratuitos de qualidade para todos os cidadãos, e é de responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios.

Em pouquíssimos países do mundo há serviços de saúde gratuitos para qualquer pessoa. O SUS está não só nos postos de saúde e hospitais mas, também, na assistência social que visita as famílias, na inspeção que combate o Aedes Egypt, no controle de preços e na cobertura dos planos privados, no resgate do SAMU ou dos bombeiros, na imunização e muito mais.

O país avançou muito em anos passados e nem os retrocessos recentes podem apagar estas conquistas. Antes do golpe e da Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto de gastos, os investimentos públicos para saúde estavam aumentando tanto por parte do governo federal, e também por parte de Estados e Municípios, que são obrigados por lei a destinar 12% e 15%, respectivamente, de seu orçamento, para saúde.

Durante a pandemia, aprovamos na Câmara Federal, ainda mais recursos para Estados e Municípios. É importante que a sociedade acompanhe o uso destes recursos, fiscalizando, evitando fraudes e desvios.

Em 2016, quase 4 anos antes da pandemia, apresentei um projeto de lei (PL 4485/2016) para obrigar os planos de saúde a cobrirem exames, diagnósticos e

---

tratamentos de qualquer epidemia.

Além de vírus e bactérias, em muitos ambientes, nas cidades e no meio rural, pessoas estão expostas à contaminação ou poluentes que fazem mal à saúde e podem até matar. A meta é, até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças causadas por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

O Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo. Precisamos reduzir a quantidade e melhorar a qualidade dos defensivos e insumos usados na agricultura, pois estamos abusando de substâncias perigosas à saúde e ao meio ambiente.

Não só os agricultores, mas também toda a população que consome os produtos contaminados está exposta e pode sofrer problemas de saúde relacionados a esses venenos.

Como relator, recomendei a rejeição de um projeto de lei (PL 1.176/2015) na Câmara dos Deputados que fragilizava o controle sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos.

Fui também relator do PL 6670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA).

Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 64% dos alimentos consumidos no Brasil estão contaminados por agrotóxicos. Ainda de acordo com a Anvisa, entre 2007 e 2014, foram 34,1 mil notificações de intoxicação por agrotóxico no país. Em 12 anos, o uso de veneno nas lavouras cresceu 288% e entre 2019 e 2020 o governo Federal bateu recordes de liberação de novos venenos, inclusive alguns proibidos na União Europeia.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Revogar a Emenda Constitucional 95 e garantir o financiamento integral do SUS, cumprindo com os princípios da universalidade, integralidade e equidade no acesso;
2. Ampliar investimentos em pesquisa e desenvolvimento;
3. Efetivar as recomendações da OMS para controle de Doenças Tropicais Negligenciadas (DTNs);

4. Aumentar o investimento no combate da HIV/AIDS, Tuberculose e Hepatite B, inclusive aumentando recursos para políticas e estratégias de prevenção;
5. Aumentar as campanhas de vacinação e testagem e assegurar cobertura vacinal homogênea;
6. Assegurar a transparência, participação e controle social da sociedade civil na formulação de políticas de saúde;
7. Promover a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento às DCNTs, a Política Nacional de Saúde Mental e lançar o Plano de Fortalecimento da Política Nacional de Controle do Tabaco;
8. Implementar todos os compromissos nacionais e internacionais de saúde;
9. Adotar mecanismos inovadores para financiar a saúde e a Agenda 2030, como a tributação de produtos não saudáveis (tabaco, álcool, alimentos ultra processados) e impor limites à publicidade e promoção desses produtos.

## **4** EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



*Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*

No mundo, ainda é grande a quantidade de crianças e jovens fora da escola ou que não têm acesso à educação de qualidade. Por isso, os países se comprometem em garantir que, até 2030, todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

No Brasil, ainda há muitas crianças com menos de 6 anos fora da escola. A universalização do acesso ao ensino é um desafio tão grande que, a partir de 2016, garantir a educação pré-escolar adequada a esta faixa etária se tornou uma obrigação dos municípios. O abandono da escola no ensino médio é outro desafio a ser enfrentado, com mais investimentos, atualização dos métodos e melhoria da qualidade do ensino. Ao invés de investimentos, no entanto, o cenário geral da educação brasileira é de cortes orçamentários aprofundados, exclusão e violações a direitos. Ao contrário do que preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE), avançam os projetos e políticas educacionais discriminatórias e censoras,

como o PL da educação domiciliar (homeschooling) aprovado na Câmara dos Deputados.

Para que todas as pessoas tenham autonomia e opções de inserção decente no mundo do trabalho, é necessário garantir a igualdade de acesso à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade. Durante os governos Lula e Dilma, a proporção de adultos que não concluíram o ensino médio caiu muito, enquanto a oferta de cursos de ensino técnico crescia em todas as regiões do país. Só no PRONATEC (do governo federal) foram mais de 11 milhões de matrículas. O acesso ao ensino superior também cresceu naquele período, com mais oportunidades para jovens negros e pobres.

Para a construção de um mundo mais justo e sustentável em todos os lugares, a educação deve incluir direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura. Esta é uma meta a ser perseguida em todo o mundo, pois sabe-se que preparar cidadãos para aceitar a diferença e conviver com ela, respeitando todas as pessoas, é o ponto de partida para uma sociedade mais pacífica e justa.

De acordo com as avaliações internacionais, a educação pública avançou muito no Brasil durante os governos Lula e Dilma, quando houve grande crescimento do investimento público em educação. Para ter uma ideia, no ano de 2000 os investimentos em educação básica correspondiam a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, subindo para 4,7% em 2012. Nos países da OCDE (grupo que reúne os países mais ricos do mundo), a média foi de 3,7%.

Apesar de ter melhorado muito no acesso à educação (mais gente na escola) e na quantidade e adequação de livros utilizados em sala de aula e o no uso de computadores e softwares para fins pedagógicos, os estudantes brasileiros apresentam baixo nível de conhecimentos básicos, como matemática, português e ciências, por exemplo. Para piorar, desde 2016 o setor vem sofrendo cortes e desmontes.

É muito importante que a população cobre dos governos os compromissos com a educação, especialmente após a pandemia, quando observamos um enorme déficit de aprendizado entra a parcela mais pobre da população. É importante também entender que prefeituras, governo estadual e governo federal têm diferentes responsabilidades na educação pública – é preciso saber o que cobrar de cada um deles.

## Recomendações do Relatório Luz 2022:

1. Suspender a Emenda Constitucional 95 e retomar a centralidade de implementação e seguimento do Plano Nacional de Educação 2014-2024;
2. Efetivar a gestão democrática da educação em conjunto com a comunidade escolar;
3. Investir adequadamente e aumentar investimentos em políticas públicas, garantindo o direito à educação desde a primeira infância até o ensino superior;
4. Regulamentar e implementar o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), o Sistema Nacional de Educação (SNE) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb);
5. Investir adequadamente no ensino superior, preparando estudantes para o ingresso e progressão no mercado de trabalho, e em ciência e tecnologia;
6. Ampliar a política de cotas raciais e sociais, os recursos para bolsas auxílio permanência, e investimentos na formação de professores e professoras de todos os níveis;
7. Criar indicadores e coletar dados via pesquisa (em Censo e/ou PNAD Contínua) sobre o desenvolvimento da educação em todos os níveis, de forma desagregada;
8. Revogar todas as leis que proibam ou inibam a abordagem de gênero nas escolas e promover o debate sobre diversidade sexual nos ambientes escolares;
9. Garantir o direito à educação plena, com políticas públicas que promovam a equidade nos projetos político-pedagógicos.

# 5 IGUALDADE DE GÊNERO



*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*

No Brasil a violência de gênero cresceu em meio à crise sanitária, sobrecarregando ou limitando o uso dos equipamentos públicos, que já falhavam em identificar e inibir práticas violentas contra mulheres e meninas. Precisamos acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas, eliminando a violência de gênero das esferas pública e privada, incluindo o tráfico, as diversas formas de exploração e até os casamentos forçados.

Além disso, é preciso reconhecer e valorizar o trabalho doméstico não remunerado, promovendo a responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família. Na política e no mercado de trabalho as mulheres também são menos reconhecidas e menos valorizadas. É preciso garantir a participação plena e efetiva das mulheres, com igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Retomar a avaliação e replanejamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual conduzido pela sociedade civil/CONANDA desde 2020;
2. Reestabelecer punição para partidos políticos que descumprirem legislação alusiva à cota de representação de candidaturas de mulheres e pessoas negras;
3. Retomar a tramitação do PL 130/2011 que prevê aplicação de multa a empresas que descumprirem igualdade de gênero;
4. Estabelecer acesso à educação sexual integral como parte do currículo, a partir da educação fundamental;
5. Garantir a implementação da Lei Maria da Penha em todos os casos de violência doméstica;
6. Fortalecer ações de desenvolvimento de competência no sistema de proteção que combatam o casamento infantil no Brasil;
7. Implementar análise e desenho interseccional de políticas públicas de promoção de direitos de mulheres e de prevenção a todos os tipos de violência de gênero;
8. Aumentar o orçamento federal de políticas públicas baseadas em evidências, promotoras da igualdade e do fim das violências contra as mulheres e meninas, em toda sua diversidade;
9. Produzir e disseminar informações úteis para o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, bem como de acolhimento para mulheres (cis e trans) em situação de violência.

# 6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO



*Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos*

Saúde e bem-estar dependem, além de um ambiente limpo, do acesso à água em quantidade e qualidade adequadas. Por esse motivo a meta prevista no ODS 6 é, até 2030, garantir que todos tenham acesso à água potável, segura e acessível e ao saneamento e higiene adequados.

É necessário melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando despejo de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo pela metade a proporção de águas residuais não tratadas, além de aumentar a reciclagem e reutilização segura da água.

No Brasil, o meio ambiente cria situações distintas, tornando a disponibilidade de água diferente em cada região. A maneira como a água é usada, distribuída e cuidada pela sociedade são também determinantes.

No semiárido nordestino, por exemplo, a seca de alguns anos recentes não lançou as pessoas em situação de penúria como em décadas anteriores, pois foram construídas milhares de cisternas; disponibilizados caminhões-pipa; assistência técnica para a produção, e outras ações que hoje se somam à conclusão da transposição do São Francisco. Em São Paulo, ao contrário, onde as secas nunca foram tão severas, foi a má gestão por parte do governo estadual que gerou as dificuldades de acesso à água de qualidade para a população. O mesmo vale para o atual governo Federal.

Água é essencial à vida e o poder público não pode tratá-la como mercadoria, visando o lucro acima de tudo, como foi feito na aprovação do novo marco legal do saneamento. Em meu mandato, venho acompanhando de perto a crise hídrica no estado de São Paulo. Fiz parte da Comissão Especial sobre os efeitos da Crise Hídrica, e promovi um seminário em Registro (SP) para informar e discutir com a sociedade a transposição de águas da bacia do Rio Ribeira de Iguape para a Região Metropolitana de São Paulo, e um seminário na Assembleia Legislativa para debater os diversos aspectos da má gestão dos recursos hídricos no estado.

Os ambientes onde a água é produzida e armazenada precisam estar

preservados e equilibrados. Por isso, é necessário proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos. A participação da comunidade na gestão da água é importante para que todos os usos sejam equilibrados e para que a coletividade contribua na manutenção da sua qualidade. Por isso, é necessário apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, melhorando a gestão da água e do saneamento.

Apesar do novo marco regulatório do saneamento prever que os contratos vigentes devam incorporar as metas de universalização, este processo exige governança política, planejamento adequado, fortalecimento de instrumentos de fiscalização e regulação e mecanismos de controle social para que as populações marginalizadas sejam priorizadas. No contexto da Lei, no entanto, não há avanços em termos de instituição de conselhos e instrumentos de participação social, fazendo com que o controle social perca força.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

- 1) Priorizar a população ainda sem nenhum acesso ou sem acesso adequado;
- 2) Priorizar as mulheres e meninas, população mais impactada com a falta dos serviços de saneamento, e aquelas regiões onde os serviços prestados resultam em impacto socioeconômico mais positivo e amplo;
- 3) Considerar soluções descentralizadas e adaptadas aos territórios de difícil acesso ou sem atendimento, envolvendo atores locais e, assim, com menos custos (em relação à expansão contínua das redes tradicionais);
- 4) Investir adequadamente nos órgãos gestores de recursos hídricos da União e dos estados e em instrumentos tecnológicos para o monitoramento dos corpos hídricos;
- 5) Nos espaços internacionais, apoiar propostas para adaptação climática relacionadas à água e esgotamento sanitário, como estratégia na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira;
- 6) Coordenar ações de planejamento e financiamento, nas três instâncias da União, estados e municípios, para implementação eficiente de políticas de segurança hídrica, visando ampliar a resiliência dos municípios e uma melhor gestão de risco diante da escassez hídrica e desastres ambientais decorrentes das mudanças do clima.

# 7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA



*Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos*

As atividades humanas só são possíveis com o uso de uma ou mais formas de energia (eletricidade, combustíveis líquidos, madeira etc.).

Em algumas partes do mundo, há comunidades que não têm acesso seguro à energia nem para funções básicas, como cozinhar, se aquecer, para o transporte e locomoção. A meta é prevista no ODS7 é assegurar até 2030, o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis, a serviços de energia.

As energias não-renováveis (carvão, gás natural, diesel, gasolina, e todos os derivados do petróleo), além de não serem sustentáveis, são muito poluentes e intensificam as mudanças climáticas. Por outro lado, as energias renováveis são menos poluentes e não se esgotam, indicando que é preciso aumentar sua participação na matriz energética global.

O Brasil tem uma participação relativamente alta de fontes chamadas renováveis em sua matriz energética, como o etanol, por exemplo. As hidroelétricas (que convertem o movimento da água dos rios em eletricidade), por sua vez, também são uma fonte importante de energia no Brasil, mas geram um conjunto de problemas sociais e ambientais. Hoje, os investimentos em energia eólica (transformação do movimento dos ventos em eletricidade) e fotovoltaica (transformação da energia solar em eletricidade) têm aumentado no País, mas precisam de políticas sérias para se expandir, gerar muitos empregos na fabricação, instalação e manutenção dos equipamentos.

**Desde 2012 os brasileiros já podem gerar sua própria eletricidade por fontes renováveis, como a energia solar fotovoltaica, reduzindo os custos da conta de luz. Com esta possibilidade, o poder público pode dar o exemplo à sociedade e incentivar a instalação de sistemas solares, o que irá reduzir suas emissões e economizar parte dos recursos que gasta hoje com a compra de eletricidade. Em prédios públicos como escolas e hospitais, por exemplo, essa economia na conta de luz pode ser revertida para cobrir outras despesas necessárias. Em 2015, apresentei uma Emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias, prevendo a aquisição**

**e instalação de sistemas de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica em equipamentos e prédios públicos.**

A falta de dados para o monitoramento das metas do ODS 7 e a privatização do setor elétrico, no entanto, indicam o desmonte de políticas públicas em vigor no País e inviabilizam a avaliação da eficácia e da necessidade de reformulação de programas e ações para universalização do acesso à energia.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Melhorar a governança da eficiência energética do país;
2. Remodelar as políticas públicas para garantir a universalização do acesso à energia e a capacidade de produtividade nas unidades consumidoras;
3. Desincentivar a geração de energia não renovável e realocar os fundos destinados a esse propósito para a geração de energia renovável;
4. Elaborar uma agenda de transformação do mercado de energia, estabelecendo critérios que não foquem exclusivamente na oferta e na expansão do parque gerador.

# **8 EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO**



*Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos*

A crise causada pela pandemia de Coronavírus causou sofrimento e mortes no mundo todo, mas também reduziu o crescimento econômico e os empregos, especialmente no Brasil. Este é um problema que afeta de maneiras diferentes quase todos os países, e cada um vem buscando suas soluções, porém crescer e gerar empregos não será suficiente para termos as condições de vida preservadas no planeta, no longo prazo. É preciso qualificar o trabalho e utilizar melhor os recursos naturais.

Uma pesquisa do Conselho Nacional da Juventude apontou que entre 2020 e 2021 subiu de 10% para 16%<sup>1</sup> a proporção de jovens que não estudam nem trabalham ao mesmo tempo em que os índices gerais de desemprego ultrapassaram 10% da

população economicamente ativa. Uma das metas mundiais do ODS7 é atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra.

Outra meta mundial é promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros. A inserção de jovens com boa qualificação no mercado de trabalho é chave para um futuro melhor em todas as partes do mundo. Por isso, há metas para reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação e acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas até 2025.

Uma das estratégias mundiais para conciliar geração de emprego com conservação ambiental e qualidade de vida é estimular o turismo sustentável, parcialmente suspenso por conta da pandemia. Assim, uma das metas é conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

O Brasil é rico em recursos naturais, belas paisagens e diversidade cultural. São trunfos que poderiam ser usados para exploração turística de forma sustentável, e de maneira que as comunidades locais fossem protagonistas. Há boas experiências no Brasil (por exemplo, com comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo) que podem ser multiplicadas e aprimoradas.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Fortalecer os espaços de diálogo social no setor trabalhista, ampliando a participação as representações de categorias nas decisões sobre marcos regulatórios relacionados ao trabalho, incluindo teletrabalho/trabalho remoto;
2. Promover políticas de formação específicas com foco em competências transversais e orientadas para o empreendedorismo, novas tecnologias e inclusão na era digital;
3. Adotar medidas específicas para assegurar a plena inserção das mulheres e jovens acima de 15 anos no mercado de trabalho em condições equitativas, decentes e com vencimentos dignos;

4. Manutenção das medidas de auxílio emergencial para consolidar a recuperação em um contexto pós-pandêmico, especialmente em setores econômicos com maioria de mulheres;
5. Ampliação dos recursos para proteção social e acompanhamento da execução financeira dos programas de enfrentamento ao trabalho infantil;
6. Rever a reforma trabalhista de 2017 e as legislações correlatas que suprimiram direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas.

## 9 **INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA**



*Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação*

Enquanto o objetivo no mundo tem sido aumentar a participação da indústria no PIB, pois aí estão os melhores empregos, em 2021 a produção industrial brasileira acrescida das importações, registrou queda de 2,3%. Felizmente, a reindustrialização do País está prevista no plano de governo Lula, com uma perspectiva de reverter a devastação causada pelo governo Bolsonaro com crescimento baseado na inovação.

É preciso fazer isso de maneira que as pequenas indústrias também tenham estímulo e apoio; que ocorra a diversificação e maior agregação de valor em toda a economia e que as indústrias adotem tecnologias sustentáveis – mais eficientes no aproveitamento dos recursos e menos poluentes. Para isso é necessário melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, fortalecendo a pesquisa científica e incentivando a inovação. É necessário também que a infraestrutura (estradas, ferrovias, portos, energia, comunicação etc.) seja criada ou melhorada, ou modernizada, para que seja confiável e sustentável em todos os lugares.

No Brasil, de 2002 a 2015 investiu-se pesadamente em infraestrutura, que foi um dos focos dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e II). Muitos gargalos foram resolvidos, mas tornaram a frear o crescimento do setor durante os governos Temer e Bolsonaro. É preciso retomar estes investimentos, uma vez

que todas as atividades econômicas dependem de uma boa infraestrutura para que o produto final seja viável.

Ainda há um longo caminho para que o País conte com um bom sistema de inovação, que permita o desenvolvimento de tecnologias avançadas para o aproveitamento adequado dos nossos recursos naturais. Felizmente, temos na nossa biodiversidade, um grande potencial para desenvolver a indústria (por exemplo, remédios e cosméticos, novos materiais, resinas, compostos químicos etc.) e agora, no governo Federal, um presidente comprometido com o seu País.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Desenvolver políticas que aumentem e assegurem a transparência, o monitoramento e a sistematização de dados oficiais que permitam verificação do cumprimento das metas dos ODS;
2. Elaborar plano de investimentos que priorize a infraestrutura na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da redução das desigualdades;
3. Garantir a isonomia de condições de competitividade no país, com o Estado exercendo seu papel por meio de ajustes que corrijam distorções de mercado, garantam o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente;
4. Redefinir a política de investimento dos bancos de desenvolvimento para que se alinhem aos ODS, apoiem pequenas empresas, soluções inovadoras e sustentáveis, e consolidem estruturas produtivas e de consumo voltadas a um modelo econômico que vise a justiça social, a integridade ambiental, inclusive com baixa emissão de gases de efeito estufa;
5. Facilitar o acesso ao crédito e à formalização de micro e pequenas empresas alinhadas ao desenvolvimento sustentável;
6. Criar e implementar políticas públicas para o cumprimento da meta de redução de emissões de gases de efeito estufa na indústria e demais setores da economia.

# 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



## *Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles*

Para reduzir a desigualdade dentro de cada país, é necessário que a renda dos mais pobres cresça proporcionalmente mais do que a renda geral, inclusive por meio de política salarial.

Promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou outra, e garantir a igualdade de oportunidades, são deveres do Estado, inclusive pela adequação na legislação e da adoção de políticas públicas específicas.

Para reduzir a desigualdade entre os países, é necessário controlar o mercado e as instituições financeiras globais. Bancos e empresas de investimento são os que mais ganham dinheiro, muitas vezes sem produzir nada e livres de impostos. Movimentam suas finanças por todo o planeta, deixando pouca ou nenhuma riqueza nos países que exploram. A maior parte destas instituições tem suas sedes nos países centrais da Europa ou dos EUA. Por isso, o mercado financeiro internacional é uma das principais maneiras pelas quais a riqueza se concentra em poucos países, na mão de poucas pessoas.

É necessário ainda, tratar de forma diferenciada os países no comércio internacional, considerando que a desigualdade entre os países desequilibra a competição e as negociações.

Durante os governos dos presidentes Lula e Dilma, o Brasil havia tomado uma posição de protagonismo no cenário internacional que vinha abrindo espaço para outro tipo de inserção no mercado mundial, depois de séculos de submissão aos países desenvolvidos. A constituição do Mercosul (Mercado Comum do Sul) e dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foram passos importantes para fortalecer a autonomia e os laços de colaboração entre países não-centrais.

Após a gestão Temer e mais 4 anos de governo Bolsonaro (2018/2022), no entanto, o Brasil deixou de se relacionar com seus principais parceiros comerciais, reduziu sobremaneira sua participação em blocos comerciais e internamente, só viu o aumento da desigualdade. Foi o País onde a parcela mais rica da população mais lucrou, apesar da moeda e o salário terem desvalorizado.

Além disso, o Brasil vinha apoiando a migração e criando condições de acolhimento para imigrantes, num esforço de solidariedade para com os povos e pessoas mais necessitados. Somos formados por imigrantes e reconhecemos aí uma parte da fonte da nossa riqueza cultural, mas o governo Bolsonaro atuou de forma contrária aos interesses e padrões diplomáticos históricos brasileiros. Felizmente o nosso País já começou a ser reconstruído com a eleição de Lula presidente.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Garantir políticas de assistência e proteção social com foco na segurança alimentar e nutricional das famílias brasileiras;
2. Ampliar as políticas afirmativas nos programas de transferência de renda com base nos marcadores de raça, gênero e deficiência;
3. Ampliar recursos para ações no campo da educação em direitos humanos;
4. Garantir a produção de dados públicos em direitos humanos e disponibilizá-los;
5. Revogar a Emenda Constitucional 95 e ampliar o investimento nos programas de transferência de renda e proteção social;
6. Fomentar a construção de indicadores financeiros à luz de uma política fiscal e econômica embasada nos direitos humanos;
7. Estruturar o conjunto integral das políticas públicas com enfoque interseccional, tendo em conta as condições de gênero, raça, geração, classe, regionalidade, vida com deficiência e demais marcadores sociais;
8. Fomentar uma política de Estado que assegure trabalho decente para imigrantes.

# 11

## **CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS**



*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*

A qualidade de vida depende da qualidade do ambiente no qual as pessoas habitam e pelos quais transitam. Para que o mundo se torne mais sustentável e para que as pessoas vivam bem é necessário garantir a todos: habitação segura, adequada e a preço acessível; acesso aos serviços básicos; acesso a transporte seguro, sustentável e a preço acessível para todos; acesso a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes.

Nas grandes cidades, o ambiente pode ser muito hostil, e a qualidade de vida pode custar muito caro. Entre outras dificuldades, ter uma moradia decente é praticamente inalcançável para muitas famílias de baixa renda. No Brasil, o Minha Casa Minha Vida (MCMV) mudou a perspectiva de acesso à moradia para milhões de brasileiras e brasileiros. Em todos os cantos do país, em cidades pequenas, médias e grandes viram os resultados do maior programa de habitação popular da história. Como deputado federal, relatei um projeto de lei (PL 3.440/2015) que sugere modificações no MCMV, hoje batizado de Casa Verde e Amarela, prevendo espaço para implementação de atividades voltadas para a geração de trabalho e renda para os moradores de conjuntos habitacionais do programa.

Recomendei a aprovação do PL, acrescentando que os empreendimentos deveriam também prever adequação ambiental: gestão de resíduos sólidos (lixo); reaproveitamento da água de chuva; reuso de águas servidas; utilização de energia solar, além do incentivo à organização social, com a destinação de espaço físico para atividades de lazer, culturais, esportivas e de formação. Infelizmente o maior programa habitacional da história do Brasil foi transformado em uma peça de marketing pelo governo Bolsonaro, o Casa Verde e Amarela, que não entregou uma única residência.

A forma de vida humana não pode resultar na destruição ambiental dos espaços e recursos naturais dos quais dependemos. Por isso, devemos ampliar os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo e reduzir o impacto ambiental negativo das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

Como relator, fui favorável à aprovação de um projeto de lei (PL 1.195/2015) que estabelece que uma árvore deve ser plantada, preferencialmente em área urbana, cada vez que nasce uma criança. Se aprovado como lei, o PL deve melhorar muito a qualidade de vida local. A arborização urbana tem funções importantes como propiciar sombra; purificar o ar; amenizar o clima; atrair aves; diminuir a poluição sonora; embelezar a paisagem; contribuir com o balanço

hídrico; controlar erosões; absorver água das chuvas pelo solo e consequentemente prevenir enchentes.

É necessário também apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento. As cidades e assentamentos humanos deverão ser, cada vez mais, inclusivas e eficientes do ponto de vista ambiental, e estar preparadas para prevenir e minimizar os efeitos de catástrofes, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Retomar a Política Nacional de Habitação e o financiamento habitacional subsidiado com protagonismo de movimentos sociais;
2. Implantar políticas Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Técnica e também planos, programas e projetos de habitação e desenvolvimento urbano para a população de baixa renda;
3. Implantar Planos Metropolitanos, Regionais, Estaduais e Municipais de Resiliência e Combate às Mudanças Climáticas, integrados aos planos diretores;
4. Retomar o debate com os movimentos sociais sobre o direito à cidade, articulando políticas de habitação, desenvolvimento urbano e saneamento ambiental com as políticas de saúde;
5. Retomar os investimentos em transporte público, com ampliação dos subsídios, integração modal e tarifária e ampliação dos beneficiários pela gratuidade;
6. O Congresso Nacional deve avançar na construção de planos plurianuais (PPAs) nos três níveis de poder, para atendimento às metas do ODS 11.

# **12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS**



*Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis*

As formas de produção e consumo devem ser adaptadas para reduzir a pressão sobre os recursos naturais de que o planeta dispõe, e não comprometer os serviços ambientais que a natureza provê (purificação da água e do ar, decomposição de resíduos, etc.). Para isso, é necessário aumentar a eficiência no uso e na gestão dos recursos naturais, reduzindo desperdícios e melhorando tecnologias.

Em todo o mundo, quantidades enormes de alimentos são desperdiçadas nos processos de produção, processamento, distribuição e consumo. A meta é reduzir pela metade este desperdício. Além disso, produtos químicos e seus resíduos precisam ser manejados de forma segura e ambientalmente saudável, para que não sejam liberados inadequadamente no ar, na água e no solo. A quantidade de lixo pode comprometer o ambiente em muitos lugares. Por isso, é necessário enfrentar esta questão por meio da prevenção, da redução, da reciclagem e do reuso.

É necessário também incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis, assim como os governos devem promover práticas de compras públicas sustentáveis, incluindo critérios ambientais na contratação de fornecedores. Para tudo isso acontecer, é necessário que as sociedades compreendam a importância da sustentabilidade. A meta é garantir, até 2030, que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

Algumas atividades são particularmente interessantes nesta agenda. Por exemplo, o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais, além de favorecer o conhecimento e a conscientização. Considerando a importância da conscientização de todos os cidadãos sobre os desafios da sustentabilidade, e considerando a escassez de recursos para a educação ambiental, recomendei a aprovação do projeto de lei (PL 1.228/2015) que institui o Fundo Nacional de Educação Ambiental.

O projeto prevê que os recursos sejam utilizados para atividades que incluem a coleta seletiva, o gerenciamento de resíduos sólidos, a organização dos catadores de resíduos, o consumo ecoeficiente, a capacitação e o treinamento para o fortalecimento dos conselhos ambientais, a recuperação e a restauração ambiental, o manejo sustentável da sociobiodiversidade, as estratégias para eliminar a degradação ambiental, o monitoramento ambiental e as ações de

comunicação e educação em unidades de conservação e afins. São todas atividades por meio das quais o indivíduo e a coletividade desenvolvem uma cultura de proteção ao meio ambiente.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Reconstruir o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), em perspectiva transversal e gestão interministerial e participativa;
2. Reunir em relatório nacional as informações sobre a reciclagem no Brasil e ampliar prazos para acordo setoriais de logística reversa;
3. Assegurar, nos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos implantados pelos municípios, determinações sobre disposição adequada de rejeitos em aterros sanitários, coletas seletivas, logística reversa e responsabilidade Estendida dos Produtores/Fabricantes;
4. Assegurar educação ambiental e ações de comunicação social, em parceria com catadores/as, associações, comércio, indústrias e sociedade.

# **13** **COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**



*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos*

As mudanças climáticas são uma realidade, estudadas e verificadas em todos os cantos do planeta. Elas causam mudanças no regime de chuvas, na temperatura, podem alterar as condições de produção da agricultura e provocar inundações ou outras catástrofes naturais.

As ações para minimizar as causas (reduzindo a emissão de gases de efeito estufa, por exemplo) e adaptar os países aos efeitos das mudanças, devem ser integradas às políticas, estratégias e planejamentos nacionais. É preciso aumentar a capacidade de adaptação aos riscos.

O Brasil foi protagonista nas negociações do clima e contribuiu para que o acordo mundial fosse construído em 2015. Em abril de 2016, o Acordo de Paris foi assinado na ONU por 180 países, mas com a atual política para o meio-ambiente,

pode não haver mais consenso. Além de implementar as ações previstas para atingir os objetivos, o Brasil precisará resgatar seu papel de protagonista durante o processo de implementação da agenda de enfrentamento às mudanças climáticas no país.

Após os anos de governo Temer e 4 anos de governo Bolsonaro, o governo brasileiro terá o desafio de reconstruir o Sistema Ambiental Brasileiro, fomentando inclusive maior papel da sociedade civil organizada, para que o Brasil volte a colocar o meio ambiente no centro da discussão política, como patrimônio do povo brasileiro e volte a ter protagonismo internacional no enfrentamento às emergências climáticas.

Sou autor, juntamente com o deputado Leonardo Monteiro do Partido dos Trabalhadores, de um projeto de lei (PL 3280/2015) que atualiza a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O projeto transforma em lei, ou seja, torna obrigatórios, os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris que preveem a restauração, em todos os biomas nacionais, de, no mínimo, 12 milhões de hectares de áreas degradadas; 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e a integração 5 milhões de hectares de lavoura/pecuária/florestas.

Em outubro de 2015, antes do encontro da COP21 em Paris, publiquei artigo pela Fundação Friedrich Ebert intitulado “As Responsabilidades Brasileiras frente ao Desafio do Clima”. Acesse o texto na íntegra :



De lá para cá, participei de todas as edições da Conferência das Partes, ou Conferência do Clima, as chamadas COP's.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Atualizar o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA), conforme o PL 6539/2019;
2. Reestruturar as áreas de Mudança do Clima no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério das Relações Exteriores, reativar o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), nos termos do decreto que o regulamenta;
3. Atualizar a NDC do país de forma compatível com o Acordo de Paris e com o PL 6539/2019
4. Fortalecer o Ibama e produzir relatórios anuais de desmatamento, englobando todos os biomas brasileiros

5. Restaurar a governança e os meios de implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCD Cerrado), garantir a implementação das Unidades de Conservação já previstas e propiciar condições para criação de novas;

6. Garantir representação dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de governança das políticas de clima e meio ambiente e demarcar as terras Indígenas e territórios quilombolas como previsto na Constituição Federal;

7. Incluir nas Propostas de Práticas de Implementação da BNCC orientações para a elaboração de Projetos Político-Pedagógicos nas escolas sobre mudanças climáticas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

8. Priorizar a aprovação de legislações que incluam o clima na Constituição (como a PEC 37/202128 e PEC 233/201929), que atualizem a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e determinem a neutralidade em carbono no Brasil até 2050 (como o PL 3961/202030 e PL 6539/201931).

# 14 VIDA DEBAIXO D'AGUA



*Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável*

O nível de poluição dos mares e oceanos, e a degradação da vida marinha é grande, com consequências que a ciência ainda não pode prever. Mantê-los saudáveis é importante para muitos ciclos naturais que afetam a vida em todo o planeta. Por isso, é necessário prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

Outra meta é, até 2020, regular a coleta, e acabar com a sobrepesca ilegal, com as práticas de pesca destrutivas e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível. Os maiores impactos na biodiversidade marinha são causados pela poluição e por grandes empresas pesqueiras, muitas vezes deixando sem recursos as comunidades de pequenos pescadores.

É preciso proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Aprovar lei federal que regulamente a redução gradual da produção e oferta de plástico de uso único no Brasil;
2. Efetivar o compromisso do Estado brasileiro de cooperação com a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030);
3. Ampliar e otimizar o compartilhamento e a sustentabilidade das infraestruturas essenciais para a pesquisa marinha;
4. Ampliar o escopo das iniciativas e pesquisas das redes Clima e BioMar, do Broa49 e outras articulações afins;
5. Construir políticas públicas com base científica para as áreas de grande biodiversidade oceânica, ainda pouco conhecidas, visando sua preservação efetiva;
6. Estabelecer sistema de dados oficiais sobre estoques pesqueiros alvo de pesca comercial e sobre os subsídios oferecidos para ampliação da pesca artesanal;
7. Promover e ampliar a cultura oceânica no Brasil – incluindo o ensino de Ciências do Mar e Cultura Oceânica no ciclo fundamental de educação.

# **15 VIDA SOBRE A TERRA**



*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade*

Muitos ecossistemas da Terra estão ameaçados. Não apenas as espécies que neles vivem, mas também os serviços ambientais podem deixar de existir e as consequências para a vida em geral, incluindo a vida humana, podem ser desastrosas.

A meta estabelecida em 2015 era, até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce e seus

serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais; estancar a perda de biodiversidade e evitar a extinção de espécies ameaçadas. É evidente que tais metas não foram cumpridas e novos acordos estão sendo costurados em cada uma das Conferências do Clima (COP's), sabendo que é necessário fazer a gestão sustentável das florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento.

Antes de Temer e Bolsonaro, o Brasil conseguiu combater o desmatamento, diminuindo o seu ritmo de forma significativa, através de um conjunto de ações do governo Federal. À partir do impedimento da presidenta Dilma e início do governo Temer, o desmatamento voltou a crescer, atingindo nos 4 anos de governo Bolsonaro índices recordes na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal e outros biomas. Já no primeiro ano de meu mandato como deputado, apresentei Iniciativa Legislativa para que o Governo Federal criasse uma política de compra de sementes e mudas de espécies nativas para reflorestamento, sendo os principais fornecedores os agricultores familiares e as populações tradicionais. O objetivo é fortalecer a cadeia de restauração florestal com geração de trabalho e renda para estes grupos que conhecem as espécies nativas e sabem cultivá-las. A proposta foi incorporada ao Plano Safra da Agricultura familiar 2016-2017.

Também recomendei, como relator, a aprovação do projeto de lei 1.548/2015, que cria uma lei própria para as Reservas do Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que são Unidades de Conservação criadas pela vontade do proprietário rural. No momento que decide criar uma RPPN, o proprietário assume compromisso com a conservação da natureza, protegendo áreas dentro de sua propriedade particular. O projeto também cria estímulos econômicos para que mais proprietários implantem novas RPPN que, assim como outras Unidades de Conservação, são importantes para proteger recursos hídricos, manter o equilíbrio dos fenômenos climáticos e outros serviços ambientais, servir de habitat para diversas espécies e desenvolver a pesquisa científica.

No estado de São Paulo, por exemplo, a escassez de água enfrentada em 2014 e 2015 foi consequência direta da destruição das matas e florestas que produzem e armazenam a água.

Outra meta é, até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações,

e lutar para zerar a degradação do solo. A biodiversidade é fundamental para o funcionamento dos ecossistemas, mas é também fonte de conhecimentos e recursos que podem ter aproveitamento econômico (por exemplo, para produção de medicamentos, matérias-primas para indústria, produtos de valor nutricional etc.). Por isso, uma das metas é integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza.

Os povos e as populações tradicionais que habitam zonas costeiras e florestas (indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc.) desenvolveram formas de manejo sustentáveis de explorar os recursos naturais presentes nos ecossistemas, dos quais dependem para sobreviver. Sua maneira de vida e seus conhecimentos são, em grande medida, responsáveis pela preservação e reprodução de muitas espécies nativas. Há, contudo, grandes empresas interessadas nestes recursos e conhecimentos para exploração econômica e as condições disputa com as comunidades locais é, evidentemente, desequilibrada.

Além disso, o Coronavírus atingiu de forma mais intensa estes povos, conhecidas como “guardiões das florestas”. Uma preocupação mundial agora é garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos. O Brasil é signatário dos acordos internacionais que visam garantir acesso à repartição justa dos benefícios da biodiversidade, mas é necessário avançar na legislação nacional e em políticas públicas para garantir os direitos e benefícios para estas populações, frente aos interesses das grandes empresas.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Recompor adequadamente o orçamento do Ministério do Meio Ambiente para reconstruir uma política ambiental com capacidade de concertação, e que reconheça e valorize os modos e meios de vida de povos e comunidades tradicionais;
2. Instituir estratégia na Amazônia e demais biomas que efetivamente proteja a sociobiodiversidade e responda aos compromissos assumidos internacionalmente;
3. Publicar as listas atualizadas de espécies ameaçadas e de espécies silvestres comercializáveis

4. Capacitar agentes públicos para sensibilização e engajamento de comunidades locais;
5. Capacitar técnicos do MMA, ICMBio, Ibama, JBRJ e governos estaduais para nivelamento de informações e protocolos sobre as espécies exóticas invasoras;
6. Excluir espécies ameaçadas de extinção em nível nacional ou estadual da chamada “lista pet” (animais de companhia) e implantar a Plataforma Nacional de Gestão de Fauna, com todas as funcionalidades previstas e adoção pelos estados;
7. Estabelecer o Programa Nacional de Pesquisas e Conservação em Ecossistemas de Montanhas;
8. Regulamentar e implementar políticas públicas, como o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, e o Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, retomar o Fundo Amazônia e o Fundo Clima, e acelerar as análises e validações do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), de modo que se possa dar início ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

# 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES



*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis*

As diferentes formas de violência e as mortes a elas relacionadas precisam diminuir, em todos os lugares do mundo. Reduzir a violência em todas as suas formas envolve: acabar com abuso, com o racismo, o machismo, a LGBTfobia, a exploração, o tráfico, todas as formas de violência e tortura contra crianças; combater todas as formas de crime organizado; promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos.

Sabemos que alguns povos e grupos de pessoas sofrem mais com a desigualdade e as injustiças do que outros. A segurança de todos depende da existência de instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis (municipal, estadual e federal); da garantia das liberdades fundamentais e do

acesso público à informação; da garantia de que as decisões são tomadas de forma inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; e do combate a todas as formas de corrupção. Não é colocando armas nas mãos de uma parcela da população que construiremos uma sociedade onde todos possam viver em paz. É preciso acabar de uma vez com a cultura da morte.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Investir em prevenção primária, secundária e terciária para reduzir a violência criminal, e em alternativas à privação de liberdade, especialmente para populações jovens;
2. Descriminalizar posse e consumo de pequenas quantidades de drogas;
3. Aumentar e distribuir melhor a oferta de serviços públicos judiciários para a população em situação de vulnerabilidade,
4. Adotar medidas para reduzir a impunidade da violência contra jornalistas e defensores/as de direitos humanos,
5. Fortalecer os órgãos que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e de Adolescentes, como Conselhos Tutelares, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), expandir e ampliar o investimento em políticas públicas e programas de combate e prevenção às violências
6. Elaborar e executar políticas públicas para atender os direitos de crianças e adolescentes com vistas a reduzir as desigualdades,
7. Incrementar investimentos e qualificação dos serviços na segurança pública e sistema de justiça para atender crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências;
8. Aumentar os esforços dos poderes públicos para inclusão de mulheres, jovens, LGBTQIP+, pessoas com deficiência, povos indígenas e pessoas negras e não brancas nos espaços de tomada de decisão;
9. Garantir o cumprimento estrito da Lei de Acesso à Informação no que diz respeito à transparência ativa (integralidade, atualidade, uso de formato aberto), passiva (resposta a pedidos de informação, cumprimento de prazos, desenvolvimento de sistemas específicos) e ao uso correto do sigilo;
10. Garantir o princípio de não regressividade em matéria de participação social.

# 17 PARCERIAS EM PROL DAS METAS



*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável*

Entre os meios necessários para promover o desenvolvimento sustentável em todos os países, destacam-se: os recursos financeiros, a tecnologia e o conhecimento, e oportunidades mais equitativas de inserção no mercado mundial. Estes meios são, contudo, distribuídos de forma muito desigual entre os países e dentro de cada um deles, e isso é um obstáculo importante para a construção um mundo mais justo e sustentável.

Por isso, há metas mundiais que incluem:

- A Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), que deve ser de 0,7% da Renda Nacional Bruta dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento; a mobilização de outros recursos financeiros adicionais; a promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos e a ajuda para que os países em desenvolvimento reduzam o superendividamento, ou financiem, reduzam e reestruturam suas dívidas.
- A melhoria da cooperação entre os países para compartilhar conhecimento e aumentar o acesso à ciência, tecnologia e inovação; a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento.
- O reforço do apoio internacional para a capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável.
- Um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial de Comércio, de maneira que os países em desenvolvimento possam aumentar suas exportações.

## **Recomendações do Relatório Luz 2022:**

1. Aumentar os recursos para projetos de cooperação tecnológica internacional (Sul-Sul e triangular) e modificar a legislação para que o Brasil possa contribuir

com recursos financeiros para projetos em outros países;

2. Desenvolver instrumentos para fomentar e regular a captação de capital privado para projetos de desenvolvimento sustentável;

3. Aumentar a capacidade de desagregação de dados e facilitar a tecnologia de aquisição de dados estatísticos do IBGE;

4. Aumentar a parceria com países menos desenvolvidos através de acordos de cooperação comercial, e ampliar transações com países com os quais já mantém acordos, como os integrantes do Mercosul e da CPLP;

5. Alinhar a legislação, orçamentos e a governança nacional às diretrizes dos ODS.

## **As 10 Mensagens Chave Sobre o Relatório Luz da Sociedade Civil Sobre a Agenda 2030 no Brasil**

Os investimentos em saúde, educação, assistência social, cultura, ciência e tecnologia caíram nos anos de governo Temer e Bolsonaro, enquanto a população, a fome, o desemprego, os índices de desmatamento e indicadores de desigualdade cresceram e crescem cada vez mais, também como consequência da pandemia de Coronavírus e da guerra na Ucrânia. Confira abaixo 10 mensagens que trazem um breve panorama do Brasil nessa luta.

**1. Os investimentos em saúde, educação, assistência social, cultura, ciência e tecnologia em queda nos últimos anos, enquanto a população, a fome, a miséria e os indicadores de desigualdades estão crescendo;**

**2. Os retrocessos nestas áreas (saúde, educação e precarização das relações de trabalho) ameaçam o presente e o futuro do Brasil;**

**3. A falta de acesso à água e ao saneamento, associada à exclusão das pessoas mais pobres dos programas de habitação fazem pandemia explodir;**

**4. Com o desmonte das políticas e orçamentos para o meio ambiente e o clima, o desmatamento bate recorde e crescem as queimadas, a poluição, a grilagem de terras e a destruição da biodiversidade;**

**5. O Brasil não promove a igualdade de gênero e a maioria das metas sofreu reveses no último ano: de forma alarmante cresce a violência e diminui a execução orçamentária na área;**

**6. Cresce e seguem impunes os casos de violência contra os povos indígenas, homens e mulheres negros, quilombolas, ribeirinhos e a comunidade LGBTQIA+;**

**7. O governo atua contra a participação social, limita o espaço cívico e os direitos, ignorando a Constituição Federal e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Cresce a violência contra a imprensa e defensores de direitos humanos;**

**8. A Política externa retrocede e torna-se barreira global aos direitos humanos e com isso o Brasil perde aliados estratégicos;**

**9. O País ficou menos transparente e com isso há um sério risco de apagão de dados públicos;**

**10. Políticas de austeridade fiscal vem agravando as crises atuais do Brasil;**

## **Para mais informações, sugerimos:**

Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030:   
[gtagenda2030.org.br/biblioteca/relatorios-luz](http://gtagenda2030.org.br/biblioteca/relatorios-luz)

Rede ODS Brasil: [www.redeodsbrasil.org](http://www.redeodsbrasil.org) 

# Biografia



Nascido em Frederico Westphaelen (RS), Nilto Tatto migrou ainda pequeno para Corbélia (PR), onde viveu até a adolescência, ajudando os pais, agricultores familiares, na pequena propriedade da família. Em 1978, quando tinha 14 anos, Tatto migrou novamente com a família, agora para a Capela do Socorro, na periferia da zona Sul de São Paulo. Ali, ingressou na Pastoral da Juventude da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, que se tornaria o berço da sua atuação nos movimentos sociais.

A luta por melhorias na comunidade, aproximou Nilto dos movimentos sindicais do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, levando-o a ingressar no Partido dos Trabalhadores (PT), onde viria a se transformar numa das principais referências socioambientalistas do País. Nos anos 1980, cursou Estudos Sociais e foi líder estudantil, chegando a lecionar na rede pública. Nos anos seguintes, Nilto Tatto se especializou em Administração para Organizações Não Governamentais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Por mais de 10 anos (entre 1983 e 1994), Nilto administrou o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), instituição que assessorava o movimento de trabalhadores do campo, operário, indígena e de educação popular. No CEDI atuou na capacitação administrativa para o Conselho Nacional dos Seringueiros em Rio Branco (AC), liderado por Chico Mendes, e para a União das Nações Indígenas em São Paulo e no Acre, liderada por Ailton Krenak.

Em 1987, Tatto ajudou a fundar a Espaço de Formação Assessoria e Documentação, organização de educação e meio ambiente, assessorando diversos movimentos sociais, com destaque para a defesa dos mananciais de São Paulo e para o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova-SP), ajudando a implementar vários núcleos de alfabetização na zona Sul de SP.

Com o encerramento das atividades do CEDI (1994), Nilto Tatto participou da criação do Instituto Socioambiental (ISA), do qual foi secretário executivo e coordenador de ações e projetos para organizações como a Federação das

Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), e a Associação Terra Indígena do Xingu (Atix).

Entre 1999 e 2001, Tatto coordenou o 1º projeto de manejo florestal em Terra Indígena no Brasil, desenvolvido pelo ISA em parceria com os povos Xikrin do Cateté (PA). Em 2004, passou a coordenar o Programa Vale do Ribeira do ISA, enfrentando por 10 anos o desafio de garantir visibilidade à luta das comunidades quilombolas e articulando políticas públicas voltadas à manutenção da sociobiodiversidade da região.

Em 2009, Nilto Tatto recebeu o Prêmio Dorothy Stang de Direitos Humanos por sua atuação em projetos de alternativas econômicas sustentáveis e geração de renda junto às comunidades quilombolas no Vale do Ribeira. Ao longo de sua trajetória, Tatto ministrou palestras em diversas partes do Brasil, Europa, África, América Central e Estados Unidos, tendo também, atuado junto a comunidades tradicionais de Angola.

Estas são algumas das experiências que revelam os compromissos que Nilto Tatto assumiu em sua atuação socioambientalista e carrega para a Câmara dos Deputados, em busca de um Brasil mais justo e sustentável.

Em 2014 Tatto foi eleito deputado federal com 101.196 votos, tendo se reeleito em 2018 com 124.281 votos. Em 2022, 151.861 eleitores paulistas o conduziram ao terceiro mandato na Câmara dos Deputados.

## **Participação em Comissões Permanentes, Especiais, Temporárias e coordenação de Frentes Parlamentares e Núcleos na Câmara dos Deputados**

### **2015**

- Titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Titular da Comissão de Desenvolvimento Urbano
- Titular da Sub Comissão de Habitação de interesse Social
- Titular da Comissão de Legislação Participativa
- Titular da Comissão Mista de Orçamento
- Titular da CPI destinada a investigar maus-tratos de animais,

recomendando criar políticas para diminuir os atropelamentos de animais silvestres nas estradas e ferrovias. Todo ano morrem 500 milhões de animais atropelados no país.

- Titular das Comissões Especiais destinadas a analisar temas ou projetos de legislação específicos:
- Marco Regulatório das ONGs (MP 826)
- Demarcação de Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação (PEC 215)
- Lei de proteção de cultivares (PL 827/2015)
- Efeitos da Crise Hídrica no Brasil
- Código de Mineração (PL 37/2011)
- Mineração em Terras Indígenas (PL 1610/1996)
- Destinação de recursos do imposto sobre combustíveis para os municípios e para subsidiar tarifas de transporte coletivo para população de baixa renda (PEC 179-A de 2007, de autoria de Jilmar Tatto)

## **2016**

- Titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- 2º vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania
- Titular na CPI Funai-Incra
- Suplente da Comissão de Desenvolvimento Urbano
- Titular na Comissão Especial sobre a PEC da CIDE
- Titular na Comissão Especial sobre a Lei de Cultivares
- Suplente na Comissão Especial sobre veículos movidos a diesel

## **2017**

- Presidente da CMADS (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)
- Vice-líder do PT

- Vice-líder da Minoria na Câmara dos Deputados
- Suplente da CCJC (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
- Suplente da CVT (Comissão de Viação e Transportes)
- Suplente da Comissão da PEC 077/2003 (Tempo e Coincidência dos Mandatos)
- Suplente da Comissão da PEC 282/2016 (Veda Coligações Partidárias em Eleições)

## **2018**

- Vice-líder do PT
- 2º vice-presidente da CMADS (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)
- Coordenador da CEXAGUAS (Comissão Especial para o Fórum Mundial das Águas)
- Relator da Comissão Especial do PL 6670/2016 (Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos)
- Titular da Comissão Especial do PL 1917/2015 (Portabilidade na Conta de Luz)
- Titular da Comissão Especial para avaliar a Crise Hídrica no Brasil
- Suplente da CCJC (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
- Suplente da CDHM (Comissão de Direitos Humanos e Minorias)
- Coordenador do Núcleo Agrário da Bancada do PT na Câmara

## **2019**

- Vice-líder do PT
- Titular da CMADS (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)
- Titular da CLP (Comissão de Legislação Participativa)
- Titular da CTASP (Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público)

- Titular do GTAmbiental (Grupo de Trabalho para discutir um novo marco de Licenciamento Ambiental no Brasil)
- Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara dos Deputados

## **2020**

- Vice-líder do PT
- Titular da CEXQueimadas (Comissão Especial para apurar Queimadas nos Biomas Brasileiros)
- Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS na Câmara dos Deputados

## **2021**

- Vice-líder do PT
- Titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Titular da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática
- Suplente na Comissão Mista de Orçamento
- Relator temático da área de Meio Ambiente do Orçamento 2021
- Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS na Câmara dos Deputados

## **2022**

- Vice-líder do PT
- Titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Titular da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática
- Suplente na Comissão Mista de Orçamento
- Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS na Câmara dos Deputados

Nilto Tatto também é membro ativo do Núcleo Agrário da bancada do PT e da Frente Parlamentar Ambientalista; além de coordenar o Núcleo de Meio Ambiente da bancada do PT.

# Principais Projetos de Lei de autoria do Deputado Nilto Tatto

## • **Segurança Climática na Constituição**

Inclui a Segurança Climática na Constituição Federal, como direito fundamental (PEC 37/21 em coautoria)

## • **Agenda 2030**

Institui a Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (PL 1308/21)

## • **Diretrizes para Combater Emergências Climáticas**

Estabelece diretrizes para a elaboração dos planos de adaptação à mudança do clima (PL 4129/21, em coautoria)

## • **Moratória do desmatamento**

Estabelece Desmatamento Zero na Amazônia, por moratória de 5 anos. (PL 4531/20)

## • **Proteção de dunas e restingas**

Determina regras para a proteção de restingas, dunas e áreas de preservação permanente no entorno de reservatórios artificiais (PL 5086/20)

## • **Torna permanente o Fundo Amazônia**

Torna permanente o fundo internacional de proteção à Amazônia (PL 5702/19)

## • **Congela áreas desmatadas ilegalmente**

Proíbe por 20 anos a utilização agropecuária ou urbana das terras ilegalmente desmatadas ou queimadas (PL 5014/20)

## • **Responsabiliza causadores de incêndios florestais**

Facilita a investigação e responsabilização dos causadores de incêndios florestais. (PL 5269/2020 em coautoria)

## • **Reduzir emissões**

Torna lei procedimentos para reduzir emissões de gases que provocam mudanças climáticas. (PL 3280/15)

## • **Aviação civil poluidora**

Inclui o segmento da Aviação Civil na Política Nacional de Mudanças do Clima, para que diminuam emissões de gases do efeito estufa. (PL 6293/16)

### • **Unidades de Conservação Sem Contaminação**

Estabelece que indústrias emissoras de gases tóxicos estejam a uma distância mínima de unidades de conservação (PL 8631/17)

### • **Junho Verde**

Institui o Junho Verde na Política Nacional de Educação Ambiental, para estimular a participação social na defesa do meio ambiente (PL 14.393/22, em coautoria)

### • **Proteção das abelhas**

Proíbe o uso de agrotóxicos que oferecem risco às abelhas. (PL 3745/19)

### • **Proibição do trigo transgênico**

Proíbe o plantio e a comercialização de variedade de trigo transgênico tolerante a um dos mais perigosos venenos agrícolas. (PL 2755/21 de autoria Individual)

### • **Reforma Agrária**

Obriga a definição de metas anuais para o Programa de Reforma Agrária, tornando-o um compromisso de Estado. (PL 1685/19 em coautoria)

### • **Fortalecimento da agricultura familiar**

Fortalece o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (PL 1003/22 em coautoria)

### • **Auxílio Emergencial à Agricultura Familiar**

Instituiu amparo aos agricultores familiares (Lei Assis Carvalho II, aprovada a partir do PL 823/21, em coautoria)

### • **Comércio de alimentos da agricultura familiar**

Facilita a aquisição pelo Poder Público, de produtos alimentícios cultivados ou produzidos por pequenos produtores rurais (PL 1666/15, em coautoria)

### • **Coíbe “fábricas de filhotes”**

Proíbe a venda em pet shops de cães e gatos provenientes de criadouros abusivos e ilegais. (PL 2182/22)

### • **Pássaros livres de gaiolas**

Proíbe a criação doméstica de pássaros em gaiolas e cativeiros. (PL 1487/19)

### • **Acidentes Zero em Barragens**

Cria a Política Nacional de Segurança de Barragens (PL1693/19)

### • **Licença para Irrigação**

Exige o licenciamento ambiental para projetos de irrigação (PL 5085/20)

### **• Água é direito humano**

Garante o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos. (PL 1922/22, em coautoria)

### **• Mineração**

Torna obrigatório o uso de documentação eletrônica nas operações de venda e movimentação de ouro (PL 1477/2021)

### **• Política Nacional para População em Situação de Rua**

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. (PL 5740/16)

### **• Reparação para vítimas do Estado**

Garante a reparação às Vítimas de Violações de Direitos Humanos praticadas por agentes do Estado. (PL 6748/2016, de autoria Individual)

### **• Pobreza menstrual**

Instituiu o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas para adolescentes e jovens. (PL 4968/2019 em coautoria)

### **• Armas Não**

Restringe a comercialização, porte e posse de armas de fogo e promove o fechamento de Clubes de Tiro. (PL 481/2021)

### **• Lei Aldir Blanc**

Destina recursos emergenciais aos trabalhadores e trabalhadoras do setor cultural (Lei 1417/20 em coautoria)

### **• Financiar a Ciência e Tecnologia**

Autoriza o Executivo a remanejar emendas de relator para financiar o educação superior e ciência e tecnologia e inovação (PL2520/21)

### **• Reduzir impostos para tecnologia**

Altera o limite para isenção de impostos à importação de produtos para pesquisa científica e tecnológica (PL 2035/2021)

### **• Desenvolvimento sustentável e Povos Tradicionais**

Diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais (PL 4741/19, em coautoria)

### **• Prorrogação da Lei de cotas**

Prorroga a Lei de Cotas por mais 50 anos, adiando sua eventual revisão. (PL 3422/21, em coautoria)

### **• Imposto sobre grandes fortunas**

Regulamenta a cobrança de imposto sobre grandes fortunas, prevista no artigo 153, inciso VII, da Constituição Federal. (PL 130/2021 em coautoria)

# Principais Projetos de outros deputados, relatados por Nilto Tatto

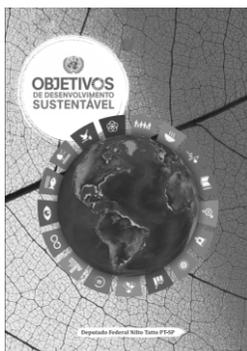
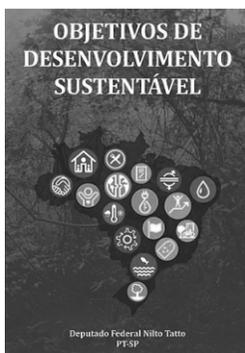
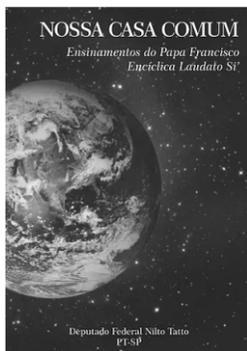
## • Pela aprovação

- PL 6670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), aprovada em Comissão Especial em 2018 e pronta para votação em Plenário.
- PL 2196/19, que Institui o Dia Nacional de Combate às Intoxicações e ao Uso Indiscriminado de Agrotóxico.
- PL 9950/18, que dispõe sobre a conservação e o uso sustentável do Bioma Pantanal.
- PL 9980/2018, que Proíbe o uso de animais em ações de caça. Parecer pela aprovação.
- PL 8618/2017, que inclui campanhas sobre mudanças climáticas para obter recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
- PL 5811/2016, aplicação de recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação em fontes renováveis de energia pelos contratados para pesquisa e lavra de petróleo e gás.

## • Pela rejeição

- PL da Caça (6268/2016), que pretendia liberar a caça de animais silvestres. Nilto Tatto conseguiu arquivar a proposta na Comissão de Meio Ambiente da Câmara.
- PL 36/2015, sustando a portaria que reconhece os seres constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos". como espécies ameaçadas de extinção
- PL 364/2019 que retira os campos de altitude das regras de utilização e proteção nativa do Bioma Mata Atlântica.

Veja outras publicações em  
[www.niltotatto.com.br/publicacoes](http://www.niltotatto.com.br/publicacoes)



FIQUE POR DENTRO DE  
TUDO SOBRE A Pauta  
SOCIOAMBIENTAL  
EM BRASÍLIA



**Por um Brasil  
Justo e Sustentável**

**Deputado Federal Nilto Tatto**  
PT-SP





## Brasília

Câmara dos Deputados - anexo IV  
gab. 502 Pça. dos Três Poderes  
CEP 70160-900 Brasília - DF  
Fone: 61 3215-5502

## São Paulo

Rua Major Sertório, 200  
Conjunto 402 - Vila Buarque  
CEP: 01222-001 São Paulo - SP  
Fone: 11 3129-7492

@ dep.niltotatto@camara.leg.br

www.niltotatto.com.br

   @niltotatto

 11 99729 1353